

Jocenila Picanço Rocha
Messias Furtado da Silva

**GUIA DE ACOLHIMENTO AOS
ESTUDANTES INDÍGENAS NO
MUNICÍPIO DE SANTARÉM**

Santarém-PA
2024.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EDITORA DA UEPA - EDUEPA

R672g Rocha, Jocenila Picanço

Guia de acolhimento aos estudantes indígenas no
Município de Santarém / Messias Furtado da Silva. -
Belém : EDUEPA, 2025. (Selo Etno's Saberes Indígenas)
xxx p.: il.

Inclui bibliografias
ISBN: 978-65-985881-3-7

O Produto Educacional foi desenvolvido no âmbito do
Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena -
PPGEEI - (Mestrado) - UEPA / UFOPA / UFPA / UNIFESSPA
(Marabá).

1. Acolhimento - estudante indígena. 2. Índio -
indígena. 3. Indígena autodeclarado. 4. Igualdade
étnico-racial. 5. Etnia - povo - raça. 6. Aldeia -
comunidade - tribo. I. Silva, Messias Furtado da. II.
Título.

CDD 371.9798 - 22.ed.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. DESMISTIFICANDO “PRÉ” CONCEITOS	4
Índio ou indígena?	4
Indígenas mesmo? Ou indígena autodeclarado?	4
Aldeia, comunidade ou tribo?	5
Etnia, povo ou raça?	5
Racismo, preconceito e discriminação	5
Ações de promoção da igualdade étnico-racial	6
Postura antirracista	6
Respeito à diversidade étnica e cultural	6
Valorização dos povos indígenas: atividades culturais e pedagógicas	6
2. GUIA DE ACOLHIMENTO A ESTUDANTES INDÍGENAS EM ESCOLAS DA ZONA URBANA DE SANTARÉM	7
NO MOMENTO DA MATRÍCULA	
NA CHEGADA DOS ALUNOS À ESCOLA	
NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR	
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
NO PROJETO PEDAGÓGICO ESCOLAR	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

A região do Baixo Tapajós, no Oeste do Estado do Pará, é constituída por diversos municípios que abrigam diversos povos indígenas. Dentre esses, os municípios de Santarém, Belterra e Aveiro possuem 14 povos indígenas (Apiaká, Arapiun, Arara Vermelha, Borari, Cara Preta, Jaraki, Kumaruara, Maytapu, Munduruku, Tapajó, Tapuia, Tupaiu, Tupinambá e Sateré-mawé), como também, os indígenas que estão em trânsito nessas cidades: Waiãpi, Wai-Wai (do município de Oriximiná), Munduruku (do município de Jacareacanga) e Hixkaryana (do Baixo e Alto Nhamundá). Existem nessa região 106 aldeias, 18 territórios e 6 línguas indígenas (Nheengatu, Hixkaryana, Munduruku, Apiaká, Waiãpi e Sateré-mawé), todas em processo de revitalização ou fortalecimento.

Além da educação escolar recebida nas escolas indígenas localizadas em seus territórios, temos também a educação escolar na zona urbana, na qual muitos indígenas em idade escolar estudam. Estes educandos saem de suas terras, onde convivem com a cultura de sua comunidade e entram em contexto escolar urbano, onde tem pouca familiaridade, tanto com o cotidiano escolar como com os saberes a serem trabalhados na escola..

A busca por novas formas de fazer educação perpassa por incluir estratégias pedagógicas que valorizem o outro em suas várias dimensões, tendo uma relação de respeito com sua cultura, seu modo de vida, de ser e de ver o mundo. Assim, é necessário extinguir os conteúdos monoculturais existentes no currículo escolar e adotar uma postura intercultural no fazer pedagógico.

Na cidade de Santarém, existem indígenas que estudam em escolas urbanas, distante de suas comunidades/aldeias. Estes alunos, por força do ordenamento constitucional e legal brasileiro, tem direito a uma educação que respeite o seu jeito de ser e viver, considerando suas raízes históricas e culturais e o ascensão do Estado multicultural e pluriétnico instituído pela Constituição Federal de 1988.

Conforme consolidado na literatura e no ordenamento legal brasileiro, a educação escolar indígena deve contemplar os seguintes princípios:

- Comunitária: deve estar ligada a forma de vida da comunidade, respeitando seu projeto societário e a serviço da comunidade, reforçando os laços entre o indígena e sua aldeia.

- **Bilinguismo:** De modo a valorizar a língua materna dos povos indígenas para a transmissão das tradições culturais, práticas religiosas e os saberes dos povos indígenas.

- **Intercultural:** A educação para os indígenas deve ajudar a manter a diversidade cultural dos povos indígenas através da interação com outras experiências socioculturais, além de estimular o respeito entre povos e culturas diferentes.

- **Específica:** Deve ser planejada de acordo com a forma de vida de cada povo, incluindo sua língua, organização social, costumes, crenças, tradições, formas de ver e se relacionar com o mundo.

- **Diferenciada:** pensada a partir da singularidade de cada grupo indígena, evidenciado em suas crenças, costumes e tradições.

Com base nesses princípios e, considerando que a educação escolar é um direito público subjetivo, é necessário pensar em uma educação escolar que efetivamente inclua os estudantes indígenas em todas as ações educacionais e relacionadas a este espaço educativo, primando por um acolhimento que faça com que esses alunos se sintam parte desse lugar e, assim, participem e recebam uma educação escolar que tenha em suas bases os conhecimentos ancestrais dessa população.

Este Guia de Acolhimento visa orientar os diversos atores que fazem parte das escolas urbanas do município de Santarém no acolhimento dos alunos indígenas em contexto urbano, a partir da desconstrução de pré-conceitos e construção de ideias e ações que promovam a igualdade étnico-racial, a fim de estabelecer na escola um ambiente plural e diversificado, superando distorções historicamente consolidadas e construindo uma educação pública inclusiva, de qualidade e intercultural.

1. DESMISTIFICANDO “PRÉ” CONCEITOS

Índio ou indígena?

Por muito tempo na história brasileira o termo “índio” foi, e em alguns lugares ainda é utilizado, para fazer referência aos primeiros habitantes deste lugar. A palavra índio remete ao termo imposto pelo colonizador quando chegou a Pindorama (em tupi, “Terra de Palmeiras”), denominação dada pelos nativos dessas terras. Neste sentido, nas últimas décadas, o termo passou a ser problematizado por esses povos, dando lugar a palavra “indígena”, “nativo” ou “povos originários”.

Atualmente, se fala e escreve **indígena** (natural do lugar onde vive) ou **originário** (aquele que está ali antes do outro). No entanto, como muitos intelectuais indígenas afirmam, “nos chamem pelo nome do nosso povo”. Por exemplo “sou Munduruku”, “sou Wai-wai”, “sou Baníwa”, “sou Krenak”, “sou Macuxi”, “sou Hixkaryana”.

Indígenas mesmo? Ou indígena autodeclarado?

Essas são perguntas frequentemente feitas aos indígenas que moram em contexto urbano ou àqueles que aos olhos dos não indígenas não se enquadram nos estereótipos historicamente implantados na sociedade brasileira desde o período colonial até a atualidade.

Você é indígena mesmo? Nem parece... parece um de nós!

Em Santarém, na região oeste do Pará, a partir do final da década de 1990 as comunidades passaram, e ainda vivem, pelo processo de autoidentificação como comunidades/aldeias indígenas e seus habitantes com o autorreconhecimento ou autodeclaração de ancestralidade indígena. Nessa perspectiva, na região do Baixo Tapajós, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 4.742 pessoas autodeclaradas indígenas. O Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA) declarou serem 5.150 indígenas no Baixo Tapajós em 2011 (NOVA, 2014). Atualmente, são mais de 19 mil indígenas, segundo o CITA (dados do censo 2023 do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns).

Aldeia, comunidade ou tribo?

As comunidades indígenas usam o termo Aldeia. Quando falam do conjunto de aldeias de um mesmo grupo indígena, chamam de Terra Indígena ou Território, que é carregada de valor simbólico para essas populações. Alguns grupos indígenas preferem usar o termo comunidade, no entanto, a maioria usa o termo aldeia como referência ao local em que determinado grupo vive e pratica sua cultura.

Não se deve utilizar o termo “tribo”, pois os povos indígenas são múltiplos. Há uma pluralidade de indivíduos, etnias, línguas, cosmologias, costumes, crenças e modos de vida diferentes localizados em diversos territórios, nas comunidades/aldeias e nas cidades.

Etnia, povo ou raça?

“Raça” é um conceito ligado as características físicas ou aparência das pessoas, como: cor da pele, feição do rosto e tipo de cabelo. Em outras palavras é o que chamamos de fenótipo (conjunto de traços observáveis ou que podem ser mensurados) de um indivíduo.

“Etnia” é um conceito diretamente ligado as características socioculturais como: nacionalidade, tradições, idioma, afiliação de povos, entre outros.

“Povo” é como um grupo indígena específico prefere ser chamado. Por exemplo: povo Borari, povo Tupinambá, povo Hixkaryana.

Racismo, preconceito e discriminação

Vivemos em um país multicultural e pluriétnico, porém racismo, preconceito e discriminação são recorrentes contra os povos indígenas no Brasil. Ao longo de séculos, desde a colonização portuguesa nessas terras até o Estado atual, os povos indígenas sofrem um processo violento de apagamento histórico de suas culturas e inúmeras tentativas de invisibilização de suas existências no território nacional.

Desde a invasão portuguesa no início do século XVI, diversos estigmas são atribuídos aos indígenas, em total desconhecimento de suas culturas, crenças e tradições. Os estereótipos enraizados culturalmente na sociedade brasileira precisam

ser deixados de lado. Um dos mitos criados sobre os povos indígenas é que o “índio” só vive dentro da mata e significa um atraso ao “desenvolvimento” do País.

Para que exista a valorização é preciso conhecer a história dos povos indígenas do Brasil, reconhecer que são sujeitos com direitos e que estão vivendo em constante ameaça. Conforme Gersem Luciano (2014), um dos desafios para os povos indígenas e para os não indígenas é superar a face perversa e histórica da tradição colonial do Estado, que continua sustentando e legitimando uma relação de poder profundamente assimétrica de dominação, negação, opressão, inferiorização, discriminação, racismo e invisibilização dos povos indígenas e de outros grupos étnicos subalternizados.



2. AÇÕES DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

Postura antirracista

A sociedade brasileira é estruturalmente racista. Precisamos ter práticas antirracistas todos os dias. Um exemplo: quando afirmamos “eu não sou racista”, essa postura precisa vir acompanhada de uma atitude de combate ao racismo.

Aqui elencamos algumas posturas antirracistas:

- Nunca minimize o racismo;
- Repense hábitos que são preconceituosos;
- Reconheça o seu lugar de fala;
- Apoie pessoas indígenas, negras, mulheres, etc;
- Denuncie o racismo.

Respeito à diversidade étnica e cultural

Na sociedade, principalmente no ambiente escolar, é necessário que exista o respeito à diversidade entre os estudantes. O estudante indígena é um ser de direitos, tanto no direito à educação quanto no direito à sua identidade étnica e cultural, onde quer que ele esteja, na aldeia ou nas cidades.

Somos um país de diferentes, mas iguais em direitos. Somos oriundos inicialmente das matrizes indígena, europeia e africana, que hoje se junta a diversas outras matrizes para formar um Brasil pluriétnico.

O respeito a diferença é elemento central para que possamos viver e conviver. O Brasil é um país grande e diverso, capaz de abrigar diferentes etnias de forma solidária e fraterna.

3. GUIA DE ACOLHIMENTO A ESTUDANTES INDÍGENAS EM ESCOLAS DA ZONA URBANA DE SANTARÉM.

NO MOMENTO DA MATRÍCULA

➤ A Ficha de Matrícula, para todos os estudantes, deve conter a opção no qual que identifique sua identidade étnica, como por exemplo: indígena, quilombola, estrangeiro ou afrodescendente.

NA CHEGADA DOS ALUNOS À ESCOLA

Momento da acolhida que a escola faz para todos os alunos, deve ser um momento inclusivo, no qual se destaque a presença indígena, quilombola, estrangeira, afrodescendente, entre outros.

Na sala de aula, os professores devem fazer um diagnóstico étnico-racial para conhecer o perfil étnico de seus alunos e assim ter condições de trabalhar a diversidade sociocultural existente na escola, apoiados na interculturalidade.

Esta ação é importante para que o processo de inclusão e para a promoção de um clima de fraternidade, solidariedade e respeito entre os estudantes.

NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

A convivência entre humanos é repleta de amizades, partilhas, conflitos e diversidade. Por isso, é importante que todos os que fazem a escola se esforcem para conhecer os alunos, visto que os estudantes indígenas passam despercebidos no contexto escolar, dada a insegurança em mostrarem suas identidades.

Os gestores, técnicos e professores da escola que recebe o indígena devem conhecer a constituição e a legislação que trata dos direitos dos povos indígenas, bem como propiciar um ambiente acolhedor e livre de preconceitos.

Assumir a identidade étnico-racial é essencial no processo de enfrentamento ao racismo, preconceito e discriminação. No entanto, para que o estudante se identifique, é imprescindível que ele se sinta confiante e acolhido pelo coletivo do qual é participante. Esse coletivo precisa receber formação sobre a temática indígena, e assim, conhecer o público que convive diariamente

NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para que os professores tenham condições de trabalhar com a temática indígena no fazer pedagógico, sabendo que esse tema é delicado e complexo, é necessário que estes recebam formação, a fim de articular ações educativas que promovam a igualdade etnicorracial e deem oportunidade para que os alunos possam afirmar suas identidades, e deixem de ser invisibilizados.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e as escolas devem se organizar com o intuito de corrigir as desigualdades étnico-raciais, oferecendo formação continuada permanente, que promova a igualdade de oportunidades, modificando a representação negativa dos estudantes indígenas discriminados e invisibilizados, e assim, combater a discriminação, o racismo e o preconceito sofridos no interior da escola e na sociedade como um todo.

É desejável que durante as jornadas pedagógicas de planejamento e nos momentos de formação, a escola convide pais de alunos indígenas e lideranças das comunidades para buscar entender melhor a questão indígena.

Também é desejável que o Departamento de Educação Escolar Indígena da SEMED faça o levantamento e acompanhamento das escolas urbanas que recebem alunos indígenas.

NO PROJETO PEDAGÓGICO ESCOLAR

Como o Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento que norteia todas as ações da escola, nele deve conter ações de políticas afirmativas de combate a qualquer atitude de discriminação contra a pessoa indígena, fazendo valer a Lei nº 11.645/2008, que carrega em suas letras a obrigatoriedade de inclusão de componentes curriculares da história e culturas das populações indígenas, afrodescendentes e africanos no currículo do Ensino Fundamental e Médio em todas as redes de ensino, quer sejam públicas ou privadas. Acima de tudo o PPP tem de respeitar a história dos povos indígenas, não sendo apenas didático, mas com aspectos da realidade.

Como documento norteador, o Projeto Pedagógico Escolar deve conter diretrizes claras formação de professores e trabalho pedagógico escolar inclusivo, que respeite a diversidade sociocultural do país, reconheça o Brasil como Estado

pluriético formado por diferentes matizes, em especial as indígenas, africanas e europeias e, acima de tudo, estabeleça como será o processo de inclusão do aluno indígena no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve ser um lugar de alegria e acolhimento a todos que nela estão inseridos, para que estes usufruam de seus plenos direitos, tendo seus conhecimentos e costumes respeitados e valorizados, a fim de não sofram racismo e preconceito praticado por pessoas que, de alguma forma, não aceitam o diferente.

Este Guia de Acolhimento visa contribuir com a diminuição ou extermínio do preconceito e da discriminação contra estudantes indígenas que estão inseridos em escolas não indígenas como resultado de um acolhimento verdadeiro a essas pessoas.

Pretende, ainda, promover forte interação entre os mais diferentes grupos sociais que estão presentes na escola, com acento no reconhecimento das diferenças, sabendo que estas são necessárias na construção dos saberes.

O Guia de Acolhimento servirá como ferramenta pedagógica para promover a interculturalidade, tão necessária na formação dos indivíduos. Com isso, espera-se que os estudantes indígenas sejam percebidos e valorizados dentro e fora da escola. Que eles sejam coautores de sua formação, e venham atuar crítica e humanamente na sociedade em que vivem.

Pugnamos por uma escola democrática, plural, que valorize o saber do outro e dê oportunidade de empoderamento, para que todos saibam decidir sua trajetória de vida com mais consciência e sabedoria.

REFERÊNCIAS

IBDFAM. Instituto Brasileiro de Direito de Família. **5 práticas antirracistas para implementar no dia a dia**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8288/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **9 atitudes para apoiar a cultura e direitos dos Povos Indígenas**. Disponível em: <https://idec.org.br/dicas-e-direitos/9-atitudes-para-celebrar-o-dia-dos-povos-indigenas-e-ajudar-sua-cultura-e-direitos>. Acesso em: 28 ago. 2023.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena**. Revista de Educação Pública, v. 26, n. 62/1, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4996>. Acesso em: 28 ago. 2023.

NOVA Cartografia Social da Amazônia. Resistência e mobilização dos povos indígenas do Baixo Tapajós. **Caderno Nova Cartografia**, n. 1, jun. 2014.